

A MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MILITAR BRASILEIRA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MILITAR DO REALENGO (1913-1922)

THE MODERNIZATION OF BRAZILIAN MILITARY EDUCATION: THE MILITARY ACADEMY OF REALENGO EXPERIENCE (1913-1922)

Marcus Fernandes Marcusso*

RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar a modernização da educação militar brasileira a partir da análise da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em seus primeiros anos de funcionamento como a principal escola de formação de oficiais do Exército. Entre 1913 e 1922, a Escola Militar do Realengo serviu como laboratório para as experiências de modernização da educação militar e da formação do oficial do Exército, realizadas pelo governo brasileiro. Os resultados obtidos serviram para nortear as reformas implementadas nos anos posteriores, sobretudo a partir de 1924 com a chegada da Missão Militar Francesa.

Palavras-chave: História da educação. Educação Militar. Escola Militar do Realengo. Modernização do Exército. Formação do Oficial. Primeira República.

ABSTRACT

The objective of this paper is to examine the modernization of Brazilian military education from the analysis of the military academy of Realengo, in Rio de Janeiro, in its first years of operation as the main training academy for army officers. Between 1913 and 1922, the Military Academy of Realengo served as a laboratory for experiments of modernization of military education and training of army officer, carried out by the Brazilian Government. The results served to guide the reforms implemented in later years, mainly as from 1924 with the arrival of French Military Mission.

Keywords: History of education. Military Academy of Realengo. Modernization of the Army. Official training. First Republic.

Introdução

Este artigo pretende esboçar um painel acerca da Escola Militar do Realengo (EMR)¹, no Rio de Janeiro, em seus primeiros anos de funcionamento como principal escola de formação de oficiais do Exército até a participação da Escola na Revolta

* Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. marcusmarcusso@yahoo.com.br

¹ Nos documentos oficiais da época era usado apenas o nome “Escola Militar”, a opção por chamá-la de Escola Militar do Realengo deriva da larga utilização dessa alcunha pela literatura especializada consultada.

tenentista de 1922, que marcará uma nova fase da Escola com a chegada da Missão Francesa². A ideia central é a de que a Escola Militar do Realengo (EMR) serviu como laboratório do Exército para as experiências acerca de qual instrução/educação militar seria a ideal para formar seus quadros. Partimos do pressuposto de que tais experiências foram fundamentais para a definição do papel exercido pela instituição na sociedade brasileira nos anos subsequentes.

Ora, mas de que Brasil, e de que Exército estamos falando? O país nas décadas de 1910 e 1920 apresenta um quadro de características complexas e contraditórias. Tentaremos aqui traçar um painel geral das condições sócio-econômicas do Brasil e da situação interna do Exército nesse período.

A economia brasileira assentava-se na “*produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação*”³. A produção cafeeira era o maior representante desse modelo, entretanto seu grande crescimento só fora possível graças a investimentos e empréstimos oriundos de capitais estrangeiros. A industrialização, ainda que incipiente e restrita aos centros urbanos, conhecerá seu grande surto em fins de 1910, após a Primeira Guerra Mundial.

De qualquer forma, mesmo dependente do capital estrangeiro, essa oligarquia cafeeira exerceu grande influência política nesse período, juntamente com grandes latifundiários das outras regiões formaram a chamada “república dos coronéis”, onde o controle social exercido sobre as pobres massas rurais eram evidente.

No início do século XX, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, já contavam com um significativo contingente de operários trabalhando nas empresas que ofereciam serviços urbanos e nas fábricas de tecido. Nesse mesmo interregno constata-se a ampliação dos setores médios urbanos que passaram a representar um papel de destaque na crescente, e cada vez mais complexa, vida urbana. Essas camadas representarão o “termômetro social” nos períodos de crise política.

Quanto ao sistema eleitoral, vale lembrar que era excludente e fraudulento. Em um país onde a maioria da população vivia nos campos e era analfabeta e a instrução pública era residual, a exigência da alfabetização como critério para votar era o maior fator de exclusão. Segundo José Murilo de Carvalho, durante a Primeira República

² Missão estrangeira contratada pelo Ministério da Guerra em 1919 para reorganizar o Exército Brasileiro. A Missão Francesa passou a exercer influência na EMR somente após a participação da escola nos acontecimentos revoltosos de 5 de julho 1922, efetivando sua presença a partir de 1924 com a elaboração de um novo regulamento para o ensino militar.

³ PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 207.

somente cerca de 6% da população podia votar⁴. De acordo com Emília Viotti da Costa a população total do Brasil, em 1900, era de aproximadamente 17.318.556 de habitantes e a cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, contava com 811.443 habitantes⁵. Em 1920, temos um aumento populacional considerável, segundo Boris Fausto, o Brasil contava com 30.635.605 habitantes, enquanto a cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, somava 1.157.873⁶ de habitantes.

As décadas de 1910 e 1920 assistiram a reação de vários setores sociais às continuidades presentes na sociedade brasileira após a proclamação da República em 1889. O período foi marcado por revoltas camponesas, como a Guerra do Contestado (1912-1916), por revoltas urbanas, como as greves generalizadas de 1917, e pelas revoluções tenentistas de 1922 e 1924.

O Exército nesse período experimentou diversas tentativas de transformações. Uma dessas mudanças, talvez a mais emblemática, foi o esforço realizado, principalmente, pelo Ministério da Guerra para aumentar e qualificar o efetivo militar brasileiro. A qualificação se daria na medida em que o recrutamento conseguiria atingir as mais variadas camadas sociais, compondo um corpo de tropa mais qualificado. Segundo McCann esse período marca uma transformação na instituição que “*passava de um exército profissional com soldados extraídos da escória da sociedade a um grupo qualificado composto de um corpo de oficiais profissionais e recrutas supostamente oriundos de todos os níveis socioeconômicos*”⁷.

A dificuldade em aumentar e qualificar o corpo de tropa do exército é recorrente nos relatórios dos Ministros da Guerra. Em alguns momentos a culpa recai sobre a falta de recursos financeiros para ampliação e reforma das unidades militares, a incapacidade de aplicação das leis de recrutamento militar⁸ e, talvez a maior das barreiras, a grande resistência da sociedade brasileira em relação ao serviço militar.

Segundo José Murilo de Carvalho, desde o Império e durante grande parte da primeira república o recrutamento dos praças foi “*consistentemente feito nas classes*

⁴ CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 87.

⁵ COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999. p. 265-266

⁶ FAUSTO, B. **A Revolução de 30**: historiografia e história. 16. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 78.

⁷ MCCANN, F. D. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 141.

⁸ Segundo Carone as leis (de 1874, 1875, 1889, 1892 e de 1907) que regulam o serviço militar tem a mesma essência e a mesma dificuldade de aplicação na sociedade brasileira. CARONE, E. **A República Velha**: instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1975. p. 349.

pobres”⁹. Edgard Carone, após um levantamento de dados, nos oferece uma descrição contundente sobre a composição geral das tropas do exército em 1910, ao descrever que muitos dos indivíduos “recrutados” estavam “*combatidos pela malária, verminose, alimentação inadequada ou insuficiente, analfabetos, tristes [...] Os que sentavam praça faziam-no come meio de vida [...] Rejeitá-los, seria deixar sem efetivos a unidade*”¹⁰. José Murilo de Carvalho conclui que a “*a má qualidade dos recursos humanos captados pelo recrutamento marginalizava o Exército e impedia que ele se modernizasse*”.¹¹

A falta era a norma no Exército, faltava não só material humano de qualidade, mas material bélico. Segundo McCann a falta de equipamentos era absoluta, “*não havia armas, carroções de munição, nem barracas suficientes. E o pior era que os oficiais não sabiam comandar operações de campanhas*”¹². A maioria dos oficiais que ocupavam o cargo de Ministro da Guerra tinha consciência das faltas enfrentadas pelo Exército, e faziam referência aos mesmos constantemente em seus relatórios anuais encaminhados ao presidente. No entanto, todos esbarravam na mesma barreira fundamental: a constante falta de recursos.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) vai alavancar a questão da defesa nacional para o primeiro plano dos problemas da nação. Nesse período, ocorre um real aumento nos efetivos legais do Exército¹³, as verbas apresentam um crescimento considerável e setores da sociedade política e civil aderem a campanhas para a valorização da instituição castrense¹⁴.

A constatação de Jehovah Motta corrobora essa ideia:

Antes era o pequeno exército, talhado em moldes antiquados, a despeito de algumas iniciativas meritórias, mas destituídas de pujança renovadora. Com a guerra, e depois desta, vieram as reformas substanciais de estrutura, o sorteio foi aplicado, os orçamentos se fizeram mais generosos, realizaram-se efetivos de maior porte,

⁹ CARVALHO, J. M. de. Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: _____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006. p. 18

¹⁰ CARONE, op. cit. p. 354.

¹¹ CARVALHO, op. cit. p. 22.

¹² MCCANN, op. cit. p. 142.

¹³ De acordo com José Murilo de Carvalho em 1900 o Exército tinha um efetivo de 28.160, e já em 1920 apresentava 42.977. Tal aumento supõe uma melhora de recursos humanos na tropa. (op. cit. p. 30).

¹⁴ A ação mais emblemática nesse sentido foi a realização de intensa campanha para valorização do serviço militar obrigatório e do próprio Exército realizada pela Liga da Defesa Nacional, fundada em 1916, no Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa.

construíram-se quartéis, compraram-se armas automáticas e canhões, ampliaram-se arsenais e fábricas, o ensino militar adquiriu novo tom.¹⁵

Essas transformações ocorridas nas instituições do Exército, após a Primeira Guerra Mundial, começaram a se anunciar cinco anos antes do fim da Guerra com o regulamento para o ensino militar de 1913.

Com o intuito de facilitar a identificação dos personagens históricos aqui citados elaborou-se a seguinte tabela:

Tabela com os Presidentes da República, Ministros de Guerra, Chefes do Estado-Maior do Exército e Comandantes da Escola Militar do Realengo (1913-1922)			
Presidente da República	Ministro de Guerra	Chefe do Estado-Maior	Comandante da EMR
Hermes da Fonseca (1910-1914)	Gen. Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1912 - 1913)	Gen. José Caetano de Faria (1910-1914)	Cel. Antônio De Albuquerque Souza (1913-1914); Gen. Ildefonso Pires de Moraes Castro (1914)
Wenceslau Brás (1914-1918)	Gen. José Caetano de Faria (1914-1918)	Gen. Bento Ribeiro (1914-1918)	Cel. Augusto Maria Sisson (1915-1916); General Eduardo Artur Sócrates (1917-1918)
Delfim Moreira* (1919)	Gen. Alberto Cardoso de Aguiar (1919)	Gen. Bento Ribeiro (1919)	Gen. Eduardo Artur Sócrates (1917-1918); Cel. Eduardo Monteiro de Barros (1919 -1920)
Epitácio Pessoa (1919-1922)	João Pandiá Calógeras (1919-1922)	Gen. Bento Ribeiro (1919-1921); General Celestino Alves Bastos (1921-1922)	Cel. Eduardo Monteiro de Barros (1919 -1920); Gen. José Joaquim Firmino (1921); Gen. Marciano De Oliveira e Ávila (1922)

*O vencedor das eleições de 1º de março foram Rodrigues Alves e Delfim Moreira, como vice. Com o falecimento de Rodrigues Alves em janeiro de 1919, Delfim Moreira governou até julho do mesmo ano com a composição ministerial escolhida por Rodrigues Alves. Epitácio Pessoa Tomaria posse em agosto de 1919, após novas eleições, compondo novo corpo ministerial.

Fontes: Relatórios do Ministério da Guerra de 1912 a 1922; MCCANN, F. D. **Soldados da Pátria:** história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007; MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército:** currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998; CARONE, E. **A República Velha:** evolução política. São Paulo: Difel, 1971.

O regulamento de 1913-1914 e a “criação” da EMR

O regulamento para o ensino militar de 1913, foi estabelecido pelo Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913 e ratificado pelo Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914, e por isso passou a ser chamado pelos estudiosos de Regulamento de 1913-1914¹⁶. Uma das primeiras resoluções do regulamento foi a diminuição do número de escolas de

¹⁵ MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército:** currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 218.

¹⁶ O presidente da Comissão foi o General Caetano do Faria e seus dois outros membros foram o Major Melchisedeck de Albuquerque Lima, do Estado-Maior, e o Major Professor Samuel de Oliveira. A este último atribui o General Leitão de Carvalho a real autoria do novo regulamento, de quem afirma ter sido ‘uma das mais belas inteligências do Exército, matemático, filósofo e estudioso das questões do ensino’. MOTTA, op. cit. p. 242.

quatro¹⁷ para duas, segundo Jehovah Motta “*passaríamos a ter apenas a ‘Escola Militar’ e a ‘Escola Prática’. E ambas funcionando no Realengo, intimamente articuladas, podendo mesmo, sob certos aspectos, ser consideradas um só estabelecimento*”¹⁸.

A mudança para o afastado bairro do realengo atendia a uma importante demanda política das elites do poder: o afastamento da juventude militar do centro urbano e de suas constantes agitações políticas. Segundo Claudius Viana a escolha da região também foi motivada, “*pelas condições geográficas do Realengo, área rural e com uma baixa taxa de ocupação à época, favorecendo a implantação do novo modelo de instrução, que exigia a existência de espaços para a prática de exercícios militares*”¹⁹. A existência anterior de instalações militares²⁰ na localidade foi muito importante para escolha, já que a sua utilização poderia ser imediata.

O Regulamento de 1913-1914 propunha uma mudança radical na formação do oficial: reduzir ao máximo o ensino teórico, privilegiando-se, assim, o ensino prático. Mas em que consiste a radicalidade desta proposta de mudança? Para responder a essa questão vamos a Escola Militar da Praia Vermelha²¹, no centro do Rio de Janeiro, no início da República.

Em 1890 o Ministro da Guerra, Benjamin Constant e o primeiro Presidente da República do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca assinaram o primeiro regulamento que visava alterar o ensino nas instituições escolares do Exército. Segundo Grunennvaldt era evidente o tipo de oficial que a orientação do novo ensino militar republicano queria formar, “*pretendia-se o soldado como ‘elemento de força’, o ‘cidadão armado’ que corporificasse a “honra nacional” e que se afirmasse como ‘importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas’.* Um

¹⁷ Entre 1905 e 1913 funcionaram duas escolas no Rio de Janeiro (Realengo e Curato de Santa Cruz) e duas no Rio Grande do Sul (Rio Pardo e em Porto Alegre).

¹⁸ MOTTA, op. cit. p. 243.

¹⁹ VIANA, C. G. de A. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2010. p. 72.

²⁰ Entre 1905 e 1911 funcionaram na localidade os cursos de artilharia e engenharia, que ocuparam as instalações que haviam pertencido à Escola Preparatória e de Tática do Realengo.

²¹ A Escola Militar da Praia Vermelha foi fundada em 1874 no centro do Rio de Janeiro e previa a formação de engenheiros militares e de oficiais do exército. Desde sua fundação a escola formou grupos de militares-positivistas que atuaram sistematicamente na vida política do Império. Para maiores detalhes acerca da formação militar oferecida na Praia Vermelha conferir a tese de Yara Maria Martins Nicolau Milan, **A educação do “soldado-cidadão” (1870-1889): a outra face da modernização**. Tese de Doutorado. Unicamp. 1993. A Escola foi fechada em 1904 após uma rebelião que se somou as agitações sociais decorrentes da Revolta da Vacina. Cerca de 300 membros da escola aderiram ao movimento popular.

soldado, sem dúvida, com um papel político”²². Este seria o modelo do “soldado-cidadão”²³. Dessa forma o oficial teria inevitavelmente um papel político na sociedade, de figurar como guardião das instituições republicanas, sempre apoiado na moral e na honra. A instrução que municiaria os oficiais com tais qualidades teria como base a ciência moderna e o humanismo tradicional, ou seja, uma formação “humanística-científica”. *O alvo era para modelar um militar a um só tempo político e técnico-especialista*²⁴. Foi na Escola da Praia Vermelha que este tipo de formação foi aplicada, sistematicamente, durante cerca de quinze anos até chegarmos ao ano de 1905, quando a Escola foi fechada após participar ativamente das agitações sociais da Revolta da Vacina²⁵.

O Regulamento de 1913-1914 procurou eliminar os ensinamentos teóricos, tendo em vista a formação de um soldado-profissional, com saberes técnicos, instrução militar prática e estrita postura de não-intervenção na política. O Regulamento estabelecia que: “*A Escola Militar é um internato que se destina a ministrar às praças do Exército os conhecimentos necessários para a matrícula na Escola Prática do Exército onde lhes será passado o atestado de curso. (art.1º)*”²⁶. E nesses moldes deveria oferecer na maioria das vezes um ensino prático, ou teórico-prático. A grande inovação do regulamento foi a nova estrutura curricular, com um curso fundamental de dois anos destinado a todos os alunos e quatro cursos especializados, uma para cada Arma. (Cavalaria e Infantaria, 1 ano, Artilharia e Engenharia, 2 anos). Essa estrutura rompeu com a tradição curricular vigente desde 1810. A partir de 1913, e até o fechamento da escola em 1944, essa passa a ser a norma na EMR.

Vale aqui ressaltar que embora o regulamento de 1913-1914 apresente propostas de mudanças substanciais no ensino militar as escolas necessitavam de condições materiais para a aplicação dessas mudanças. Como destaca Jehovah Motta, “*para que o tão almejado ensino prático fosse realizável, não seria suficiente prescrevê-lo,*

²² GRUNENVALDT, J. T. **A educação militar nos marcos da primeira república**: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929). 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - PUC. São Paulo, 2005. p. 28.

²³ Tal conceituação, assim como a do soldado-profissional, foi formulada por José Murilo de Carvalho. CARVALHO, op. cit. p. 38-43.

²⁴ GRUNENVALDT, op. cit. p. 25.

²⁵ Para maiores detalhes sobre a participação dos cadetes da escola e de militares na revolta da vacina conferir: SEVCENKO, N. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1993.

²⁶ Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913. In: ALBUQUERQUE e SILVA. V. G de. 1912. **Relatório do Ministro de Guerra ao Congresso Nacional**. Anexo E - Regulamentos para os institutos militares de ensino. p. 178.

enfaticamente, nos regulamentos, impunha-se dar-lhe meios de execução adequados, em pessoal e material”²⁷.

O Relatório do Ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, de 1912, descreve as reformas realizadas, com poucos recursos, naquele ano para o recebimento da turma em 1913, *“foram adquiridos alguns aparelhos para as aulas de explosivos e topografia, material para as aulas de esgrima, sete cavalos para equitação, algum material para as aulas de telegrafia, telefonia e fotografia*”²⁸. A maioria das reformas se reduzia a pinturas e reparos estruturais básicos. De modo geral, as condições materiais da Escola Militar do Realengo, como a maioria das instituições militares da época, estavam claramente aquém das necessidades básicas exigidas para seu funcionamento regular. De acordo com Claudius Viana, o saldo das reformas realizadas no ano de 1913 foi insatisfatório,

A Escola Militar do Realengo era um local desconfortável, onde a improvisação era a regra. Embora a ampliação do edifício estivesse prevista desde sua ocupação em 1905, as restrições financeiras constantemente impediam a execução desse projeto. Após quinze anos de funcionamento no Realengo [1918], a escola ainda era composta por um único pátio, tomado por alojamentos; as salas de aula espalhavam-se pelas ruas sem calçamento do bairro, e grande parte dos alunos se hospedava - prática herdada da Praia Vermelha - em repúblicas, quartos alugados como moradia conjunta.²⁹

O relatório do Ministro da Guerra Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva destaca algumas dificuldades encontradas em 1913, ao descrever que o ano letivo de “começou tarde” e foi sobrecarregado devido ao fechamento das outras escolas, faltando acomodações para todos os cadetes e para a realização dos trabalhos escolares. Quanto ao quadro de professores e instrutores o Ministro relata que fora preenchido com *“os professores e adjuntos vitalícios e interinos das escolas extintas, os ditos remanescentes do colégio militar, alguns docentes em disponibilidade e bem assim fizeram-se outras nomeações*”³⁰.

A manutenção dos quadros de professores e instrutores dificultaria uma mudança real na instrução e educação militar. Esta viria, realmente, em 1918 após a instituição de um concurso para a seleção de instrutores.

²⁷ MOTTA, op. cit. p. 242.

²⁸ ALBUQUERQUE e SILVA. V. G. de. 1913. **Relatório do Ministro de Guerra ao Congresso Nacional**. p. 26

²⁹ VIANA, op. cit. p. 83

³⁰ ALBUQUERQUE e SILVA, op. cit. p. 33.

Os jovens Turcos e A Defesa Nacional

No início do século XX o oficialato do Exército brasileiro era formado por dois grupos de características marcantes. De um lado, temos os chamados “doutores”, seguidores da tradição da Escola Militar da Praia Vermelha, já descrita acima. De outro lado, temos os chamados “tarimbeiros”, oficiais que ascenderam na carreira militar devido a sua participação em campanhas militares, com baixo grau de educação formal, alguns eram semi-alfabetizados.

Dentro desse quadro surgiu um novo grupo, os chamados jovens turcos³¹, que se caracterizavam por ter uma sólida instrução militar e uma educação formal de qualidade. Esses oficiais iniciaram um amplo movimento de modernização do exército nacional, inclusive da educação militar, em dois momentos distintos. O primeiro, como propositores e formuladores de um conjunto de ideias de modernização do Exército Brasileiro muito bem vinculadas em sua publicação mensal, a revista *A Defesa Nacional*. E o segundo como membros do comando do Exército, especialmente no Estado-Maior, e como instrutores na EMR, com a chamada Missão Indígena.

Esse grupo era formado por oficiais que estagiaram por dois anos no exército alemão entre 1905 e 1912, totalizando 34 oficiais divididos em três grupos³². Ao retornarem ao Brasil, iniciaram uma ampla articulação para a modernização do Exército brasileiro. Segundo Edgard Carone eles lutaram “*constantemente para impor novas regras de disciplina, combate, ao rotineiro exército brasileiro*”³³. Para tanto fundaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*, que tinha como objetivo principal difundir as idéias dos jovens turcos pelas fileiras do exército a fim de conseguir apoio para as mudanças pleiteadas. Segundo Grunennvaldt, a revista deixou “*repercussões profundas na renovação do Exército da década de 1910 [e subsequentes], bem como as idéias de renovação repercutiram ganhando forma nos Regulamentos do ensino militar de 1918 e 1919*”³⁴. A revista rapidamente ganha uma grande circulação dentro, e fora, das fileiras do Exército, Segundo Manuel Domingos Neto, a revista logo tornou-se mais importante e difundida que o Boletim do Estado-Maior do Exército, órgão oficial do Exército³⁵. Seus editoriais e artigos versavam sobre temas abrangentes como a necessidade do

³¹ O nome deriva da referência, inicialmente com intenção pejorativa, aos oficiais turcos que profissionalizaram o seu exército após receber treinamento dado por oficiais alemães.

³² Os nomes dos oficiais podem ser conferidos em: MCCANN, op. cit. p. 594 (Nota 4).

³³ CARONE, E. op. cit. p. 352.

³⁴ GRUNENVALDT, op. cit. p. 121.

³⁵ DOMINGOS NETO, M. Influência estrangeira e luta interna no exército (1888-1930). In: ROUQUIÉ, A. (Org.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 58.

serviço militar obrigatório para a formação de um exército de reserva e a valorização do Exército perante a sociedade, e também sobre temas específicos como a descrição de manobras e táticas de guerra modernas e de armamentos. Segundo McCann a revista serviu para os jovens turcos como “*a arena onde os reformistas proclamaram suas doutrinas que retratavam o Brasil como uma 'pátria tão digna de filhos melhores' e onde, em seguida, explicaram como o treinamento militar e a mudança social haveriam de produzi-los*”³⁶.

A importância desse grupo se confirma quando em 1918 o ministro da Guerra José Caetano de Faria se articula com os jovens turcos para implantação da chamada “Missão Indígena” na EMR, entre 1919 e 1922. Esta pretendia concretizar as alterações regulamentais elaboradas através da atuação dos jovens turcos e de seus companheiros como instrutores na EMR.

Os regulamentos de 1918 e 1919 e a Missão Indígena

Segundo Jehovah Motta, o regulamento de 1918³⁷ refletia três pensamentos básicos,

- 1) recolher as lições da guerra que findava; 2) acentuar, ainda mais o predomínio, no currículo, do ensino profissional-militar, que já vinha sendo a tônica das reformas de 1905 e 1913 3) adotar procedimentos e normas defendidas pugnaz e ardorosamente pelos oficiais que haviam estagiado na Alemanha³⁸.

Em relação ao regulamento de 1913-1914 anterior não temos a característica de reforma profunda ou ruptura, mas sim se uma continuidade, como destaca Motta um “desdobramento atualizante”. Entre as inovações do Regulamento de 1918 podemos destacar a valorização das disciplinas militares com a utilização de coeficientes, nas notas de fim de curso. O aumento na característica de regime militar, com a organização de um ‘Corpo de Alunos’, com unidades das quatro armas. A instituição de provas práticas a que se deveriam submeter os oficiais candidatos a instrutor.

Jehovah Motta aponta como uma grande inovação do regulamento de 1918, “*A subordinação didática ao Estado-Maior do Exército é de grande significado, Pelo lado didático, isto é, quanto a compêndios, programas e modos de executar, a Escola fica na*

³⁶ MCCANN, op. cit. p. 253.

³⁷ Lei 3.454 de 6 de janeiro de 1918 art.58 e Decreto 12.977, de 24 de abril de 1918.

³⁸ MOTTA, op. cit. p. 250.

dependência do chefe do Estado Maior”³⁹. No entanto tal subordinação já esta presente no Regulamento de 1913-1914, mais especificamente no Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914, “*Pelo lado didático, isto é, quanto a programas e modos de os executar, os institutos militares de ensino ficam na dependência do chefe do Grande Estado Maior do Exército; sob o ponto de vista administrativo e disciplinar, eles dependem do Ministro da Guerra*”⁴⁰.

Tal subordinação foi, segundo McCann, *fundamental para o desenvolvimento da escola militar unificada ter sido tirada do controle do Ministro da Guerra e entregue a direção do Estado-Maior*”⁴¹. O autor destaca ainda que, “*No período de 1910-18, o Estado-Maior do Exército, criado em 1899, pela primeira vez passou a funcionar como núcleo do Exército*”⁴². Uma figura de destaque nesse interregno foi o General Caetano de Faria, ocupou a chefia do Estado-Maior e o Ministério da Guerra (ver Tabela), que em conjunto com o general Bento Ribeiro, chefe do Estado-Maior entre 1914 e 1921, e com os jovens turcos foram os responsáveis por todo o desenvolvimento do Estado-Maior até a chegada dos franceses em 1919.

As alterações presentes no regulamento de 1919⁴³ tinham o intuito de dar maior operacionalidade e especificidade a algumas matérias e conteúdos. Não representando assim, grandes diferenças com seu antecessor. Tal fato é confirmado quando Motta chama os regulamentos de “Estatutos gêmeos”.

A maior mudança prática dos regulamentos de 1918 e 1919 foi a realização, a partir de 1918, de um concurso para o ingresso como instrutor. A prova deveria ser prática e sua formulação ficaria a cargo do Estado-Maior do exército. Segundo Jehovah Motta, “*este texto foi a origem da Missão Indígena, expressão como ficou apelidada a turma de instrutores que se submeteu a essa prova, já no fim de 1918. A ação desses instrutores se fazia sentir de forma organizada e metódica, a partir de 1919*”⁴⁴.

A chamada Missão Indígena era formada por integrantes dos jovens turcos e militares que compactuavam com suas propostas de reforma e foi um projeto elaborado pelo ministro da Guerra Caetano de Faria, pelo Chefe do Estado-Maior Bento Ribeiro e pelos líderes dos jovens turcos, Como Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger, que ocupavam postos no Estado-Maior, de acordo com McCann, “*Esses oficiais usaram sua*

³⁹ MOTTA, op. cit. p. 252.

⁴⁰ Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914 (ALBUQUERQUE e SILVA, op. cit. p. 34).

⁴¹ MCCANN, op. cit. p. 248.

⁴² Ibidem, p. 249.

⁴³ Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919.

⁴⁴ MOTTA, op. cit. p. 253.

influência em favor da missão, e vários deles se inscreveram nos novos cursos que a missão instituiu 'para dar o exemplo de nossa submissão', como lembrou um dos integrantes."⁴⁵. Segundo Jehovah Motta a atuação da Missão Indígena colocava em prática o ideal de *"uma escola moldada segundo padrões nitidamente militares, com um currículo em que os assuntos profissionais ocupam setenta por cento do tempo de estudos com um 'ensino prático' rigoroso e absorvente com um regime disciplinar severo"*⁴⁶.

As referências à Missão Indígena estão presentes nas memórias e relatos memorialísticos de ex-cadetes da EMR como o general Antonio Murici que relembra que a EMR sempre apresentou uma tradicional desorganização, *"Então a escola ficou, nesse período da Missão Indígena, de uma disciplina férrea. Houve uma mudança de mentalidade"*⁴⁷. Edmundo de Macedo Soares Silva, que atuou como instrutor do curso de Engenharia na EMR, em 1921, designado pelo então comandante da Escola Gen. José Joaquim Firmino, relata que a Missão Indígena foi um desdobramento dos jovens turcos, e que recebeu esse nome porque era formada por jovens oficiais brasileiros, como ele, Odílio Denis e Juarez Távora, que articularam uma grande mudança no ensino, até então muito teórico. Edmundo relata que o papel do instrutor, *"Era responsável pela parte prática, pelos exercícios. Fui instrutor de topografia, na parte de construção de estradas, ensinava direitinho, pois era muito bom topógrafo"*⁴⁸. Juarez Távora sintetiza a ação dos jovens da Missão Indígena, *"Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias Armas, na velha Escola Militar do Realengo, uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera"*⁴⁹.

No entanto a existência da Missão Indígena na EMR teve vida útil reduzida pelo envolvimento da escola no movimento tenentista de 5 de julho de 1922. De acordo com Fernando Rodrigues a reação do alto comando do Exército, em termos disciplinares, *"foi enérgica, expulsando todos os alunos envolvidos no acontecimento. [...] Houve*

⁴⁵ MCCANN, op. cit. p. 260.

⁴⁶ MOTTA, op. cit. p. 254.

⁴⁷ MURICI, A. C. da S. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. p. 25.

⁴⁸ SILVA, E. de M. S. e. Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC. In: HIPPOLITO, L.; FARIAS, I. C. (Orgs). **Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998. p. 31.

⁴⁹ TÁVORA, J. **Uma vida e muitas lutas - memórias: da planície a borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1973. V. 1. p. 94.

*também, o afastamento do comandante da Escola e todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena.”*⁵⁰.

O fim da Missão Indígena facilitou a presença na EMR da chamada Missão Militar Francesa⁵¹ em 1924, já na gestão do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que realizou na época uma nova reforma no Regulamento da Escola Militar, dessa vez sob a orientação dos comandantes franceses.

Frank d. McCann assevera “*Com sua Missão Indígena dirigindo a escola militar eles [os jovens turcos] puseram suas ideias em prática e formaram os oficiais que poriam fogo na República Velha na década de 1920 e acabariam com ela em 1930*”⁵² e Edmundo Macedo corrobora, “*O fato de ter sido lotado na Escola Militar foi determinante para o meu envolvimento na revolução de 1922*”⁵³.

Considerações Finais

Como vimos, logo após a participação da EMR nos acontecimentos revoltosos de 5 de julho de 1922, a Missão Militar Francesa se ocupa de preencher o lugar deixado pela missão indígena e para tal conta com um novo regulamento, o de 1924⁵⁴, que previa uma espécie de equilíbrio entre o ensino teórico e o ensino prático. Nesse sentido, o regulamento de 1924 vem como o resultado das experiências colocadas em prática na EMR no interregno de 1913 a 1922. Daí, podemos inferir todo o esforço depreendido pelo ministério da guerra em conjunto com o estado maior do exército entre 1913 e 1922 para instituir um ensino prático, com conteúdo essencialmente militar, um conhecimento técnico, tático e militar moderno, com uma disciplina rígida e hierarquizada logrou sucesso, mas apresentou um poderoso “efeito colateral”: formou oficiais mais capacitados em conhecimentos militares que seus superiores. Tal efeito contribuiu para os atos de insubordinação ocorridos na Escola em decorrência da adesão de grande parte de seus alunos, e de alguns instrutores, aos episódios do 5 de julho de

⁵⁰ RODRIGUES, F. da S. **Uma carreira**: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 118.

⁵¹ A Missão francesa já estava no Brasil desde 1919, ocupando-se de reorganizar o Estado-Maior do Exército e outras instituições do alto escalão militar. Para detalhes acerca da mesma consultar: BASTOS FILHO, J. de A. **A missão militar francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1994.

⁵² MCCANN, op. cit. p. 253.

⁵³ SILVA, E. de M. S. e. op. cit. p. 31.

⁵⁴ O Decreto n. 16.394, de fevereiro de 1924 estipulou em regulamento que contemplasse os conteúdos técnicos e práticos sem perder de vista uma significativa cultura geral humanística. GRUNENVALDT, op. cit. p. 168.

1922⁵⁵. Como exemplo dessa idéia pode-se destacar que, a EMR formou entre 1916 e 1919, os oficiais que em poucos anos comporiam a liderança do chamado movimento tenentista, que abalou as estruturas da República Velha ao longo da década de 1920, como Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Luis Carlos Prestes e Siqueira Campos, todos formados na turma de 1919. O seguinte depoimento de Cordeiro de Farias corrobora essa ideia,

Toda a minha geração da Escola Militar [...] teve participação destacada no movimento tenentista: Prestes, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Juarez saíram todos das mesmas turmas [...] os formados das turmas de 1918 precisaram permanecer mais um ano para receber o mesmo treinamento [...] Este é o segredo do êxito da Coluna Prestes. Éramos incrivelmente unidos, como verdadeiros irmãos, e entre nós não havia ciúmes, nem segredos. Existia uma união inseparável que nos ligava como membros de uma família.⁵⁶

Referências

- CAMARGO, A.; GÓES, W. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CARONE, E. **A República Velha: evolução Política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1971.
- _____. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel: 1975.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**. In: _____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.
- COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- FAUSTO, B. **A Revolução de 30: historiografia e história**. 16. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- GRUNENVALDT, J. T. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - PUC. São Paulo, 2005.
- MCCANN, F. D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

⁵⁵ Os fatores que levaram a eclosão dos episódios revoltosos de 5 de julho de 1922 são variados e complexos. Para maiores informações ver: CARONE, Edgard. **A República Velha: Evolução Política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1971. pp- 337-352; SODRÉ, Nelson Wer **História Militar do Brasil**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp- 253-270; SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. pp. 105-248.

⁵⁶ CAMARGO, A. e GÓES, W. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p.64-65

- MURICI, A. C. da S. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993. 768 p.
- RODRIGUES, F. da S. **Uma carreira**: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **A História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, E. de M. S. e. Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC. In: HIPOLITO, L.; FARIAS, I. C. (Orgs). **Um construtor do nosso tempo**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.
- SODRÉ, N. W. **A Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1962.
- TÁVORA, J. **Uma vida e muitas lutas - memórias**: da planície a borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1973. V. 1.
- VIANA, C. G. de A. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2010.

Bibliografia

Fontes Primárias

Center for Research Libraries (CRL) da Universidade de Chicago (EUA). Disponível em: <www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 03 de jun. 2010.

- Relatórios do Ministro da Guerra ao Presidente da República de 1913 a 1922.
- Regulamento para a Escola Militar (Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913).
- Regulamento para a Escola Militar (Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918).
- Regulamento para a Escola Militar (Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919).